

**Heloísa Paulo, «Aqui também é Portugal»: a Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo**, Coimbra, Quarteto, 2000, 624 páginas.

Heloísa Paulo, que vem há alguns anos estudando a ideologia do Estado Novo português (em artigos na *Revista de História das Ideias* e no livro *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*, publicado pela Livraria Minerva em 1994), deu recentemente à estampa a sua tese de doutoramento, apresentada na Universidade de Coimbra em 1996. Neste trabalho procura traçar, com base no estudo da colónia portuguesa no Rio de Janeiro entre 1930 e 1960, «a trajectória da adesão dos emigrantes ao salazarismo» (p. 26). O levantamento das manifestações da presença ideológica do Estado Novo junto daquela comunidade é feito através da análise da propaganda salazarista nos meios de comunicação da colónia e das relações estabelecidas entre os emigrantes e o governo de Salazar. Pontualmente, surgem referências à relação da Itália fascista com a sua emigração e ensaiam-se comparações entre o caso italiano e o caso português, embora para o primeiro a investigadora tenha recorrido apenas a bibliografia, e não a fontes primárias.

Na primeira parte do livro somos confrontados com o discurso oficial, a propaganda, a legislação e a prática política (o Estado como «engajador» — o papel da Junta de Emigração — e o Estado como «controlador» — o

papel dos consulados) referentes à emigração e ao emigrante. No ideário salazarista, o emigrante é visto «como o ‘guardião’ dos atributos da nacionalidade, transferindo para o presente a ‘predestinação’ colonizadora da época dos Descobrimentos» (p. 54). Por outro lado, estando a origem da emigração portuguesa no meio rural, a imagem do «emigrante» está vinculada à do aldeão, que, mesmo radicado nos centros urbanos, carrega em si os valores do trabalho, da honestidade, da tradição. Finalmente, o emigrante é visto como representante de Portugal no exterior. A propaganda enaltece esta visão positiva do emigrante e apela ao seu «orgulho de ser português» longe do torrão natal.

A segunda parte, dedicada concretamente à colónia portuguesa do Brasil, comporta duas abordagens, que partem de perspectivas distintas: a visão de quem acolhe, isto é, a visão do Estado brasileiro, e a colónia vista «por dentro», através da caracterização dos «patricios».

Quanto à posição do Estado brasileiro relativamente à imigração, sobretudo à de origem portuguesa, a autora apresenta-nos um quadro diacrónico assente na leitura da legislação e do discurso político para o sector. Nesse contexto sobressai a actuação de Getúlio Vargas, que, em defesa da «brasilidade», restringiu a entrada de imigrantes e controlou a vida associativa dos mesmos. Embora Heloísa Paulo afirme que «a colónia portuguesa do Brasil não é das mais visadas» (p. 138) no período de

endurecimento do nacionalismo brasileiro (durante a segunda guerra mundial), parece-me que poderia ter explorado melhor a concepção ideológica que enforma a relação de Vargas com os imigrantes portugueses. Getúlio Vargas, em consonância com a teorização de Gilberto Freyre, desenvolvida nomeadamente em *Casa-grande & Senzala* (Rio de Janeiro, 1933) e *Uma Cultura Ameaçada: a Luso-Brasileira* (Recife, 1940), via na miscigenação o principal factor de nacionalização do Brasil. A (suposta) apetência natural dos portugueses pela fusão biológica e cultural justificava que se privilegiasse a base portuguesa da nação brasileira e se seguisse o critério histórico na escolha das correntes imigratórias. A posição de Vargas face à imigração tanto durante a sua ditadura como depois de ter sido democraticamente eleito assentou nestes princípios.

Ainda que ao longo de todo o livro surjam informações que extravasam o território fluminense, no capítulo 2 da segunda parte há uma tentativa de focagem na colónia portuguesa no Rio de Janeiro, a mais numerosa no período estudado (c. 150 000 nos anos 40). Depois de caracterizar brevemente os emigrantes lusos no Brasil — origem, quantitativos, situação profissional, concentração geográfica, movimento associativo —, Heloisa Paulo procede à inventariação dos espaços e meios de sociabilização da colónia no Rio de Janeiro: as instituições e associações (o Real Gabinete Português de Leitura, as beneficências portuguesas, as escolas, as casas regionais,

os grémios republicanos, as sociedades recreativas, etc.), os jornais, a rádio, o teatro, a televisão.

O historial das instituições, que muitas vezes remontam ao século XIX, é muito informativo, mas não é acompanhado por uma interpretação da sua adesão ao salazarismo. Ficamos a saber que, «sobretudo nos primeiros anos da década de 30, o [Real] Gabinete [Português de Leitura] assume a defesa do novo regime português» (p. 169), que o Liceu Literário Português «confere diversos prémios aos alunos mais aplicados, entre eles o Prémio Marechal Carmona e Dr. Oliveira Salazar, patrocinado por um dos beneméritos da instituição» (p. 172), e que «no decorrer da década de 30 a Federação das Associações Portuguesas assume um papel de relevância na divulgação do ideário salazarista no Brasil» (p. 196). Porém, as razões deste comprometimento não são aprofundadas. Nas entrelinhas percebe-se que a opção política dos dirigentes e beneméritos destas instituições (Albino Sousa Cruz, Soares de Sousa Baptista, Simão de Laboreiro, Crisóstomo Cruz) terá sido determinante.

O último capítulo da segunda parte é dedicado à relação entre a colónia portuguesa e os governos brasileiros. Heloisa Paulo aponta «a busca constante de uma ‘neutralidade’ frente aos assuntos internos brasileiros como uma característica de toda a colónia portuguesa» (p. 216). Apesar de, em diversos momentos, os emigrantes portugueses no Brasil terem demonstrado «a sua adesão e ‘submissão’

aos regimes políticos constituídos» naquele país (p. 217). Durante o Estado Novo brasileiro, a colónia manteve uma estreita ligação com os membros do Executivo (por exemplo, em 1939, o Real Gabinete homenageia Getúlio Vargas pelo apoio concedido à imigração lusa). Aquando da entrada do Brasil na segunda guerra mundial, a colónia colocou-se ao lado dos «pracinhas», contra a posição do governo de Lisboa, que procurou encobrir a colaboração dos luso-descendentes com os aliados (cf. p. 231). Nos anos 50 sobressai o esforço de constituição de uma comunidade luso-brasileira. A este propósito, teria sido pertinente uma referência à formulação do luso-tropicalismo, explicitado por Gilberto Freyre durante a sua visita a Goa (Novembro de 1951), a convite do regime português.

A última parte da obra divide-se em duas: a primeira analisa a propaganda salazarista na colónia (através da imprensa, da rádio, do cinema, do teatro, da música), a imagem do ditador ali recriada e as manifestações de apoio político ao Estado Novo português; a segunda aborda a «outra colónia», a oposição no exílio.

É sobretudo nos capítulos «Da aldeia à pátria: o terreno e as formas para a divulgação do salazarismo na colónia» e «Salazar: a edificação de uma imagem na colónia» que Heloisa Paulo fundamenta a sua tese, curiosamente enunciada logo na introdução: a colónia portuguesa no Brasil identifica-se com o salazarismo por via da recuperação que este faz dos valores da chamada «cultura popular» (cf. p. 23). As causas da adesão da colónia por-

tuguesa no Brasil ao salazarismo devem buscar-se em duas estratégias da propaganda do regime: por um lado, a de criar uma imagem positiva do emigrante, «novo herói», que revive as epopeias dos Descobrimentos e que orgulhosamente representa no estrangeiro a sua pátria de origem; por outro, a de fornecer ao emigrante uma imagem idílica da sua aldeia natal e das tradições regionais. A aproximação da colónia ao salazarismo também se explica pela atenção especial que o regime dedicou aos portugueses do Brasil.

Embora o movimento de descoberta da cultura popular e dos valores regionais remontasse aos finais do século XIX, o salazarismo reinventou tradições populares e identificou o «português», transfigurado em determinados estereótipos regionais, com uma visão idílica do universo rural (cf. pp. 43-44). O regionalismo intensamente fomentado pelo Estado Novo português «actua como um reforço do discurso acerca da própria nacionalidade, iniciado com o apelo à aldeia» (p. 268). A imprensa, divulgando notícias sobre as regiões de Portugal, e a rádio, através da transmissão de canções e descrições das aldeias, reservam um espaço próprio ao discurso «folclorizado» sobre o universo rural, os costumes populares e as tradições regionais (cf. p. 298). Paralelamente ao folclore, a colónia celebra a história pátria, através da comemoração de datas históricas (o 1.º de Dezembro, o 10 de Junho, dia de Camões, celebrado como o Dia da Colónia, e depois Dia da Raça)

e de vultos históricos (D. Afonso Henriques, o infante de Sagres, Pedro Álvares Cabral, Mouzinho de Albuquerque, entre outros). Estas «marcas» da sua identidade permitem-lhe afirmar a sua diferença na sociedade de acolhimento.

No contexto acima esboçado, compreende-se o culto prestado a Salazar na colónia. Heloisa Paulo, a partir da leitura de biografias e outras obras publicadas no Brasil, reconstrói a imagem de Salazar que circulava entre os «patrícios». Mostra que desde os anos 30 se cria na colónia uma imagem mais humana de Salazar, a par da messiânica. A ligação de Salazar ao mundo rural, as suas origens modestas e a sua capacidade de «subir na vida» contribuem para a identificação do emigrante com o ditador. Este retrato pressupõe «uma relação paternal e intimista, muito mais próxima do modelo da relação estabelecida entre Getúlio Vargas e a sociedade brasileira do que o mantido entre a sociedade portuguesa e o presidente do Conselho em terras portuguesas» (p. 411).

Não é, portanto, de estranhar a resposta empenhada da colónia ao apelo da propaganda salazarista em momentos cruciais para o regime: durante a guerra civil espanhola, as comemorações do duplo centenário, a edificação do Cristo Rei, as ameaças da União Indiana à soberania portuguesa em Goa (esta questão ocupa as primeiras páginas dos jornais da colónia e gera um forte movimento de solidariedade com a posição do governo português), as campanhas opo-

sicionistas para a Presidência da República lideradas por Norton de Matos e Humberto Delgado.

A distância entre a maioria da colónia e os exilados políticos explica-se pelo conflito entre as imagens que uns e outros constroem da pátria. A oposição divulga uma imagem negativa (realista) de um país controlado por uma ditadura, com aldeias miseráveis e meios urbanos pouco desenvolvidos, um povo pobre que emigra à procura de melhores condições de vida ou para fugir a perseguições políticas (cf. p. 519). Os «patrícios» procuram esquecer o seu passado de pobreza e dificuldades e reter apenas na memória as lembranças boas das festas locais ou das aventuras de infância (cf. p. 23).

A oposição nunca conseguirá «conquistar» a generalidade dos emigrantes. E durante o Estado Novo brasileiro tem ainda de enfrentar a desconfiança do governo de Getúlio Vargas. A segunda guerra mundial e o exílio de Humberto Delgado constituem os dois únicos momentos de alento para os opositores ao regime, que, no pós-segunda guerra, conseguem o apoio de alguma imprensa brasileira, mas nunca o dos principais meios de comunicação da colónia. Aliás, «o porta-voz mais conhecido da colónia portuguesa em todo o Brasil», o jornal *Voz de Portugal* (publicado desde 1936), foi sempre um acérrimo defensor do salazarismo e promotor de diversas manifestações de apoio ao governo de Salazar (p. 191).

Heloisa Paulo ressalva, na conclusão, que «a vinculação dos emigran-

tes aos regimes portugueses não está, exclusivamente, determinada pelas simpatias políticas que possam ser estabelecidas, mas pela necessidade da manutenção de um laço com a sua terra natal e pelo interesse demonstrado pelas autoridades para com a colónia» (p. 562). Do seu livro resulta que, independentemente das opções ou consciência política de cada «patricio», o Estado Novo de Salazar soube alimentar a ligação do emigrante ao universo rural, à sua aldeia e às suas tradições regionais, assegurando, durante décadas, «mesmo sem a utilização de aparelhos formais de propaganda [usados pela Itália fascista junto dos seus emigrantes], [...] a devoção de uma grande parte da colónia portuguesa do Brasil» (p. 563). Esta obra representa um importante contributo para a compreensão (desmistificadora) da adesão dos portugueses do Brasil ao salazarismo.

CLÁUDIA CASTELO

*Jorge Ramos do Ó, Os Anos de Ferro. O Dispositivo Cultural durante a «Política do Espírito». 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

António Ferro é, na verdade, uma das mais fascinantes personalidades do Estado Novo e, todavia, está longe de ter sido estudado em amplitude

e profundidade historiográficas. Com efeito, as últimas obras que têm aparecido sobre ele ou visaram sobretudo a análise do seu contexto político (Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social. 1918-32*, Lisboa, ed. Cosmos, 1994), ou tiveram um sentido essencialmente sintético e antológico (Raquel Pereira Henriques, *António Ferro. Estudo e Antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990) ou o carácter de dicionário (Heloisa Paulo, «FERRO, António Joaquim Tavares», in Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996), ou assumiram explicitamente o carácter memorial (Mafalda Ferro e Rita Ferro, *Retrato de Uma Família. Fernanda de Castro, António Ferro, António Quadros*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999). Nenhuma obra procurou fazer um estudo profundo da complexa figura do «modernista» Ferro do editor do *Orpheu* e autor do «manifesto literário» *Nós*, que mais tarde veio a afirmar, no seu jeito espontâneo, detestar o termo «modernismo» (*Catorze Anos da «Política do Espírito»*, s. p., cit. in J. Ramos do Ó, *ob. cit.*, p. 189) e que adaptou o seu pensamento e a sua sensibilidade à postura oficial de primeiro director do Secretariado de Propaganda Nacional; de Ferro que, como o modernista e futurista D'Annunzio, por quem se entusiasmou (*Gabriele d'Annunzio e Eu*, Lisboa, Portugalia, 1922), se sentiu atraído pelas «ditaduras», nomeadamente pelo fascis-